

Aspectos destacados da implantação do Programa A3P e o desempenho socioambiental no Tribunal de Contas de Santa Catarina – resultados e desafios

Highlighted aspects of the A3P Program implementation and the socio-environmental performance in the Santa Catarina Audit Court – results and challenges

Azor El Achkar, M.Sc.¹

RESUMO:

Em 4 de outubro de 2013 o Tribunal de Contas de Santa Catarina firmou Termo de Adesão com a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implantar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no âmbito dessa Instituição. Para tanto, foi instituída, por meio da Portaria nº TC-433, de 3 de julho de 2015, a Comissão Gestora do A3P, responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental. O primeiro trabalho da comissão foi atualizar o diagnóstico socioambiental, que havia iniciado em 2013. Registre-se que desde 2011 essa corte vem adotando um conjunto de ações e regramentos com vistas a efetivar ações de cunho socioambiental, como processo eletrônico, destinação de resíduos especiais, obrigatoriedade da impressão frente e verso, distribuição de canecas, implementação das contratações sustentáveis, aquisição de coletores coloridos, adoção de papel especial e instalação de bicicletário. Como consequência, o impacto mais significativo dos resultados foi percebido no uso e consumo de papel A4. Em 2012 foram consumidas 4.096 resmas de papel, enquanto em 2013 esse número se reduziu para 2.717, representando decréscimo de 33%. No que tange ao copo plástico de 200 ml (consumo de água), em 2012 foram consumidas 3.056 embalagens com 100 unidades, enquanto em 2013 esse número se reduziu para 2.868, diminuição de 6%. Com relação ao consumo de copos de plástico para café (50 ml), houve redução

¹ Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, Especialista em Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos pela Udesc/ENA e Mestre em Direito Ambiental pela UFSC. Advogado pela OAB/SC. Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina, na área de licitações e concessões E-mail: azor@tce.sc.gov.br

de 6%. A tendência de diminuição de gasto também foi observada em 2014, ano em que foram utilizadas 614 embalagens, consistindo numa diferença de 19% em relação a 2012. A respeito do consumo de água potável, constatou-se que a redução foi significativa em 2014, representando uma diminuição de 12% em relação a 2012 e de 7% em relação a 2013. Com vistas a subsidiar a continuidade da implantação da agenda definida pelo Programa A3P, foi elaborado um conjunto de ações, fundamentadas no resultado da pesquisa de opinião aplicada em 2012, nas informações reveladas pelo diagnóstico e nas normativas de cunho socioambiental promulgadas pela instituição.

Palavras-Chave: A3P. Desempenho. Socioambiental. Tribunal de Contas.

ABSTRACT:

On April 10th 2013, the Santa Catarina Audit Court signed a Declaration of Compliance with the Federal Government, by the Ministry of the Environment, to implement the Environmental Agenda Program in Public Administration (A3P). To this end, it was established, by the Ordinance No. TC-433, from July 3rd 2015, the Management Committee of A3P, which is responsible for implementing the improvement actions of social and environmental performance. The first work of the commission was to update the environmental diagnosis, which had begun in 2013. It must be registered that, since 2011, this court has adopted a set of actions and specific regulations in order to carry out socio-environmental actions, such as electronic process, disposal of special waste, mandatory duplex printing, distribution of mugs, implementation of sustainable procurement, acquisition of colorful collectors, adoption of special paper and bike rack installation. As a result, the most significant impact of the results was in the use and consumption of A4 paper. In 2012 4,096 reams of paper were consumed, while in 2013 this number dropped to 2,717, representing a decrease of 33%. Regarding the 200 ml plastic cup (water consumption), in 2012 3,056 packs of 100 units were consumed, while in 2013 this number was reduced to 2,868, with a decrease of 6%. Concerning the use of plastic coffee cups (50 mL), there was a 6% reduction. The spending downward trend was also observed in 2014, when 614 packages were used, consisting of a 19% difference compared to 2012. Regarding the consumption of drinking water, it was found that the reduction was substantial in 2014, representing a decrease of 12% compared to 2012 and of 7% compared to 2013. In order to support the continued implementation of the agenda defined

by the A3P Program, a set of actions was developed based on the results of the opinion poll applied in 2012, on the information revealed by the diagnosis and on the socio-environmental regulations promulgated by the institution.

Keywords: A3P. Performance. Socio-environmental. Audit Court.

1 INTRODUÇÃO

A emergência da questão ambiental e sua priorização como política pública inadiável e inarredável vêm obrigando moralmente a instituição e os órgãos públicos a considerá-la como de suma importância. Maior responsabilidade ainda compete aos tribunais de contas, estruturas de natureza político-administrativas, responsáveis pelo controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos, os quais devem dar bons exemplos.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), desde 2011, vem empreendendo um conjunto de normativas e ações com vistas a mitigar o seu impacto institucional nos recursos naturais. Inicialmente de forma mais acanhada, foi somente em 4 de outubro de 2013 que essa Corte de Contas firmou Termo de Adesão² com a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade de integrar esforços para desenvolver atividades destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no âmbito dessa instituição.

Para tanto, foi instituída, por meio da Portaria nº TC-294, de 22 de maio de 2013, a Comissão Gestora da A3P, responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental. Entretanto, as atividades relacionadas ao Programa restaram capitaneadas pelo gabinete da Presidência, de modo que a comissão não conseguiu desenvolver suas atribuições.

Contudo, foi publicada a Portaria TC-433/2015, que instituiu nova Comissão Gestora da A3P, que vem desenvolvendo as atividades desde então. O primeiro trabalho da comissão foi resgatar o diagnóstico socioambiental, que havia iniciado em 2013, depois ficando sem continuidade. Desse modo, foi possível, inclusive, ampliar a base de dados do levantamento, de modo a ser consideradas informações dos exercícios 2012, 2013 e 2014.

Além disso, com relação ao diagnóstico, foram produzidos os seguin-

² Publicado no Diário Oficial de União, nº 194, seção 3, de 7 de outubro de 2013, folha 198.

tes papéis de trabalho, conforme seguem anexados: (a) Matriz de aspectos e impactos ambientais; (b) Matriz de acompanhamento das medidas de controle e mitigação; (c) Matriz de metas, indicadores e monitoramento do resultado das ações; (d) Matriz de controle de produção e destinação dos resíduos gerados; (e) Planilha de dados do diagnóstico.

Desta feita, este artigo tem por objetivo, além de apresentar o Programa A3P, informar as ações implementadas entre os anos de 2011 e 2014, bem como os resultados alcançados, relacionados à redução do impacto ambiental. Além disso, revelam-se os desafios que dificultam ou impedem a ampliação e continuidade do Programa A3P na instituição.

2 SOBRE O PROGRAMA A3P DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

De acordo com a cartilha do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (BRASIL, 2009), em 1999 o MMA instituiu um projeto inédito com vistas à revisão dos padrões de produção e consumo, bem como à adoção de novos modelos de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública.

O A3P foi criado 2001, com o fito de sensibilizar gestores públicos sobre a importância das questões ambientais, de modo a estimulá-los a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental nas atividades de natureza institucional. Grande desafio do Programa é promover ações de responsabilidade socioambiental integradas à política interna das organizações públicas.

Nesse viés, o A3P está estruturado em cinco eixos temáticos, caracterizados com os seguintes conteúdos:

(a) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – tem como objetivo estimular as instituições a usar com racionalidade os recursos naturais e bens públicos, privilegiando o princípio da economicidade, com o intuito de evitar desperdícios e reduzir o seu consumo. Inclui o uso racional de energia, água, madeira, papel, plásticos e demais materiais de expediente.

(b) Gestão adequada dos resíduos gerados – centraliza esforços na questão dos resíduos sólidos resultantes do funcionamento regular das instituições, estruturando-se na ideia de destinar corretamente a sua disposição final, bem

como de estimular os 5 Rs: repensar, reduzir, reciclar, reaproveitar e recusar.

(c) Qualidade de vida no ambiente de trabalho – tem como escopo facilitar e satisfazer as necessidades funcionais dos colaboradores no desenvolvimento de suas atividades ordinárias, por meio de ações que estimulem o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

(d) Sensibilização e capacitação – mira esforços no intuito de criar e consolidar a consciência cidadã relacionada à responsabilidade socioambiental dos colaboradores. Devem ser desenvolvidas ações com o fito de estimular competências institucionais e individuais, para que melhorem seu desempenho laboral.

(e) Compras sustentáveis – idealiza que a administração pública promova a responsabilidade socioambiental em suas aquisições e contratações. Espera-se que, ao definir o que deve ser adquirido, privilegiem-se produtos e serviços que foram produzidos com menor impacto e que apresentem uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo, em detrimento do critério simplório do menor preço.

Diante de tais estímulos e desafios, o TCE/SC, com afã de, definitivamente, contribuir para o aprimoramento desse cenário, envidou esforços gradativos para se inserir no âmbito das instituições públicas preocupadas com o viés socioambiental.

3 AÇÕES REALIZADAS PELO TCE/SC ENTRE 2011 E 2014

Em que pese a adesão do TCE/SC ao Programa A3P ter ocorrido apenas em outubro de 2013, desde meados de 2011 essa corte vem implementando um conjunto de ações e regramentos com vistas a efetivar ações de cunho socioambiental na instituição.

Tais medidas, que foram ocorrendo paulatinamente, a partir do final do exercício 2011, tem contribuído para a melhoria dos indicadores escolhidos. Nesse sentido, com intuito de descrever com minúcias o que foi estabelecido, optou-se por informar o rol das medidas, normas, ações e atividades realizadas, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2014.

3.1 Ações implantadas em 2011

No final deste exercício, foi promulgada a Resolução nº TC-60 (SANTA CATARINA, 2011), publicada em 02 de janeiro de 2012, que oficialmente criou o processo eletrônico. O objetivo da norma foi autorizar a constituição de processos de fiscalização, apreciação e julgamento de contas e o exercício da função administrativa exclusivamente em meio eletrônico, sem tramitação em meio físico. Os primeiros processos convertidos para tramitar unicamente em meio eletrônico foram os de registros de aposentadoria, pensão, reforma e transferência para a reserva remunerada.

Para 2016 há proposta de que todos os demais processos de competência da Corte Catarinense de Contas passem a tramitar exclusivamente em meio eletrônico, o que contribui decisivamente para a redução do consumo de papel, tanto do jurisdicionado como do órgão de controle externo.

3.2 Ações implantadas em 2012

Esse foi o exercício em que, efetivamente, as ações implementadas causaram um grande “impacto” ao público interno, principalmente porque, antes desse ano, não haviam ainda sido manejadas quaisquer medidas nesse sentido.

Para tanto, por meio da Portaria nº TC-200, publicada em 30 de março de 2012, foi criado grupo de trabalho com a finalidade de planejar e implementar medidas socioambientais na instituição, mediante o Projeto Sustentabilidade no TCE/SC e a logomarca TCE Verde. No total, o grupo de trabalho realizou 12 reuniões, restando extinto em 31 de janeiro de 2013. Sua atuação foi fundamental para o sucesso das realizações empreendidas nesse ano, das quais destacam-se:

– Destinação de resíduos especiais: considerando que o tribunal conta com um setor médico e odontológico, que gera resíduos que não podem ser destinados com o resíduo comum, deu-se continuidade ao contrato, firmado em 2010, com a empresa Proactiva, especializada e autorizada a promover coleta e recolhimento do resíduo especial, incluindo também a destinação adequada a lâmpadas, pilhas e baterias.

– Semana do Meio Ambiente: entre os dias 4 e 6 de junho de 2012, realizou-se a Semana do Meio Ambiente, cuja programação contou com ofi-

cinas, palestras, exibição de filmes e apresentação de cases, envolvendo o público interno. Seu mote tem relação direta com o quarto eixo temático da A3P, no que tange a sensibilização e capacitação.

– Impressão frente e verso: por meio da Portaria nº TC-367, de 4 de junho de 2012, tornou-se obrigatória a impressão de documentos oficiais, relatórios, ofícios, entre outros, no modo frente e verso. Além disso, seu conteúdo dispôs sobre providências visando, por exemplo, a redução e reaproveitamento de papel, à priorização do uso do papel reciclado, à utilização dos sistemas informatizados para compartilhamento de documentos e à diminuição dos espaços ociosos nas páginas.

– Programa carona solidária: por estímulo do grupo de trabalho, foi divulgada uma proposta com vistas a incentivar os colaboradores a oferecer e receber carona para deslocamento ao trabalho, considerando a proximidade de suas residências. Infelizmente o programa não surtiu grandes efeitos.

– Pesquisa de opinião: no segundo semestre de 2012, o grupo de trabalho submeteu aos mais de 500 colaboradores questionário de levantamento e avaliação, com intuito de verificar o grau de comprometimento com a adoção e prática de ações socioambientais, tanto no seu âmbito privado, como no ambiente de trabalho. No total foram recebidas 301 respostas, o que foi bastante significativo. Com base nos resultados consolidados, foi possível inferir que a grande maioria dos servidores tem consciência ambiental e contribui para reduzir seu impacto sobre os recursos naturais.

– Distribuição de canecas: também no segundo semestre, o tribunal adquiriu e distribuiu mais de 500 canecas de porcelana personalizadas para consumo de café e água, com a finalidade de reduzir a demanda de consumo de copos plásticos. A ação foi de grande impacto, com adesão maciça dos colaboradores. Entretanto, questões relacionadas a higienização, tamanho do recipiente e sua conservação acabaram por reduzir os efeitos socioambientais da medida. Pontue-se, ainda, que a decisão para adotá-la foi motivada pelas respostas positivas consignadas na pesquisa de opinião.

– Inauguração da nova sede: em 27 de novembro de 2012, o TCE/SC inaugurou o seu novo prédio-sede, onde passaram a funcionar os gabinetes, algumas diretorias técnicas e todas as diretorias administrativas. O projeto de engenharia e arquitetura contemplou diversos requisitos de sustentabilidade, dos quais citam-se os seguintes: (a) sistema de captação de água da chuva e dos drenos do sistema de ar-condicionado com reaproveitamento para as

descargas dos vasos sanitários dos banheiros coletivos; (b) válvulas de descarga com regulagem diferente de vazão; (c) vidros refletivos que reduzem a incidência de luz e carga térmica no interior do edifício e, por consequência, o uso do ar-condicionado e o consumo de energia; (d) termobrisas recheadas com poliuretano expandido nas fachadas, de forma a quebrar o efeito da insolação, reduzindo a carga térmica, o uso do sistema de climatização e o consumo de energia; (e) sistema de iluminação de baixo consumo de energia e alto rendimento em todos os pavimentos, combinado com a disposição de janelas e fachadas em pele de vidro que aproveitam ao máximo a iluminação natural; (f) piso elevado em cinco pavimentos de escritório que permitem a flexibilização dos layouts, favorecendo a realização de adaptações ao longo do tempo; (g) sistema de climatização por fluxo variável de gás refrigerante (VRF) 100% inverter, que possibilita o uso setorizado de evaporadoras em cada sala a partir de diversas redes frigoríferas, gerando economia no consumo de energia, se comparado aos sistemas tradicionais; (h) utilização de gás refrigerante ecológico, para, em caso de vazamento, não haver riscos à camada de ozônio; (i) forro executado com cortineiros, permitindo o uso de cortinas/persianas com menor custo de acabamento, cujo material filtra a luminosidade e os raios UVA e UVB, propiciando economia de energia elétrica e conforto visual; (j) sala para separação/triagem de resíduos, estimulando a separação pelos servidores/usuários com vistas à reciclagem; (k) sistema de automação que permite economia de energia ao evitar que sistemas fiquem ligados desnecessariamente; (l) elevadores com acionamento e controle de velocidade e frequência, aliado a um sistema de programação do tipo TK *vision* para adequação do funcionamento com estratégias que contemplam horários de pico e reduzem o consumo de energia. Consigne-se que tais atributos conferem ao órgão grandes possibilidades de aquisição do selo LEED (SOBRE a certificação, 2014) de edifícios sustentáveis, o que ainda não ocorreu.

3.3 Ações implantadas em 2013

Em que pese ter sido o ano em que oficialmente o TCE/SC aderiu ao Programa A3P, foi um ano de poucas ações, tendo em vista que a implementação das ações ambientais foram centralizadas pelo gabinete da Presidência, fragili-

zando a atuação do coletivo que substituiu o antigo grupo de trabalho, extinto em janeiro de 2013. Nesse sentido, destacam-se as seguintes realizações:

– Criação da Comissão Gestora do Programa A3P: com intuito de iniciar a adequação da instituição para adesão ao Programa A3P, foi instituída a Comissão Gestora, responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental, nos termos da Portaria TC-294/2013. Entretanto, o grupo reuniu-se apenas uma vez, o que inviabilizou o estabelecimento de rotinas e a implementação de ações.

– Semana do Meio Ambiente: nos dias 6, 7 e 10 de junho, realizou-se a Segunda Semana do Meio Ambiente, a qual contou com a realização de palestras, oficinas, visitas guiadas, distribuição de mudas e exibição de filmes. O evento teve uma boa adesão, contribuindo para a sensibilização dos colaboradores quanto à temática ambiental.

– Publicação do Termo de Adesão ao Programa A3P: o Termo de Adesão ao Programa restou publicado no Diário Oficial de União em 04 de outubro de 2013, registrando o acordo voluntário firmado entre o MMA e o TCE/SC. A partir dessa data, e por um prazo de cinco anos, o órgão catarinense de controle externo estava oficialmente vinculado ao A3P, estando moralmente incumbido de desenvolver projetos, ações e atividades destinados à sua implantação, considerando os seus cinco eixos temáticos.

3.4 Ações implantadas em 2014

Em que pese a inatividade da Comissão Gestora da A3P, esse exercício foi verdadeiramente marcante para a cultura organizacional da instituição. O ano foi marcado pelo retorno de medidas de médio impacto e longa duração, contribuindo sobremaneira à melhoria do desempenho socioambiental. Nessa toada, destacam-se as seguintes ações:

– Contratações sustentáveis: por meio da Resolução nº TC-90, de 7 de maio de 2014, foram estabelecidos critérios destinados à defesa do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações de bens, serviços e obras no âmbito do TCE/SC, restando aprovado, também, o Guia de compras sustentáveis. Trata-se de norma pioneira no âmbito dos tribunais de contas brasileiros, estando à frente até mesmo do Tribunal de Contas da União. Seu conteúdo serve como guia de uso diário e contínuo do

setor de comprar, podendo ainda ser adotada pelos órgãos jurisdicionados.

– Aquisição de coletores coloridos: em outubro foram adquiridos 68 coletores coloridos, nas cores azul e vermelho, com a finalidade de orientar e estimular os colaboradores a segregar os resíduos entre papel e plástico, auxiliando na sua destinação final. Além disso, deixa-se de misturar o resíduo reciclável daquele considerado rejeito ou orgânico. A única questão é que a sua distribuição contemplou apenas os locais em que se situam os gabinetes e algumas diretorias administrativas, de modo que não foi possível disponibilizar os coletores nas diretorias técnicas. Dessa feita, o efeito da ação foi bastante acanhado.

– Adoção de papel especial: após diversas e frustradas tentativas de utilização do papel reciclado, foi adotado, para uso interno e externo, o papel branco elaborado a partir do bagaço da cana de açúcar. A sua matéria-prima é proveniente de rejeito de processo produtivo, contribuindo para uma adequada destinação do que seria depositado em aterros sanitários. A questão do papel reciclado, que foi utilizado por dois anos, resultou em dificuldades relacionados ao atolamento do papel (resíduos contaminantes ocasionando problemas nas impressoras) e à baixa durabilidade da impressão. Dessa feita, seu uso foi descartado.

– Bicicletário: visando a estimular o uso da bicicleta como meio de locação ao trabalho, foram realizadas adequações num dos andares de garagem do prédio-sede com vistas à instalação de bicicletário, comportando até vinte bicicletas. A iniciativa teve pequena adesão, de modo que, em média, cinco a oito bicicletas são diariamente encontradas no local.

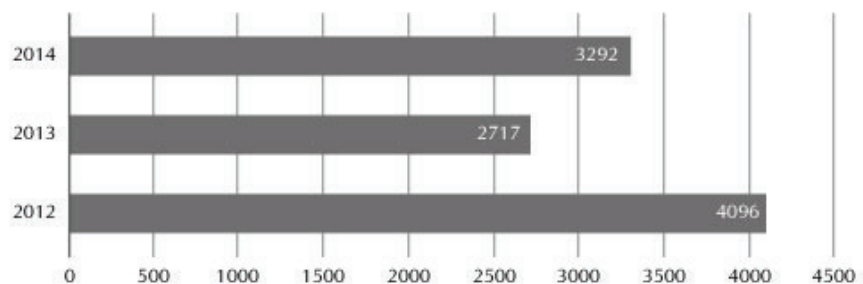
– Uso da fonte Garamond: por meio da Portaria nº TC-763, publicada em 16 de dezembro de 2014, que alterou a Portaria nº TC-367/2012, determinou-se a priorização do uso da fonte Garamond para impressão de relatórios, votos e demais documentos. Essa questão foi resultante de sugestão da Conselheira Substituta Sabrina Nunes Locken, com base em recomendação de designer, após a publicação de estudo comprovando que a Garamond, por ser serifada e mais fina, utiliza menos tinta das impressoras.

Após a consolidação das medidas e ações adotadas, foi possível mensurar e aferir se, de fato, houve algum impacto no que tange à melhoria do desempenho socioambiental do TCE/SC.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS APÓS ADOÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOAMBIENTAIS

O impacto mais significativo dos resultados das medidas socioambientais implementadas no TCE/SC foi percebido no uso e consumo de papel, formato A4. De acordo com o Gráfico 01, em 2012 foram consumidas 4.096 resmas com 500 unidades de papel A4. Em 2013 esse número reduziu para 2.717, representando uma redução de 33%.

Gráfico 1: Consumo de papel

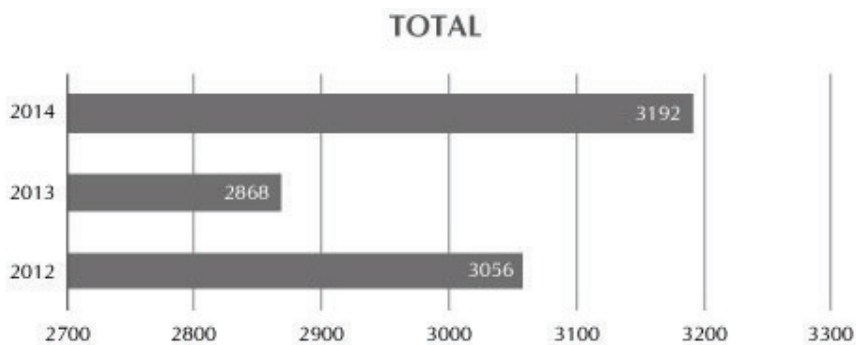


Fonte: Comissão Gestora da A3P.

Em termos monetários, não houve redução, visto que em 2013 foi adotado o papel A4 do tipo reciclado, com valor superior ao tipo comum. Assim, em 2012 foi dispendido o montante de R\$ 29.394,60 e, em 2013, o valor de R\$ 32.201,61. Já em 2014, houve um aumento de consumo na ordem de 21%, acarretando um gasto de R\$ 33.235,00.

No que tange ao consumo de copos de plástico de 200 ml, para consumo de água, o Gráfico 2 aponta que, em 2012, foram consumidas 3.056 embalagens com 100 unidades, enquanto em 2013 esse número se reduziu para 2.868, representando uma diminuição de 6%. Em termos monetários, a redução foi de 19%. Em 2014 o consumo voltou a aumentar, inclusive ultrapassando o quantitativo total de 2012.

Gráfico 2: Consumo de copos plásticos de 200 ml

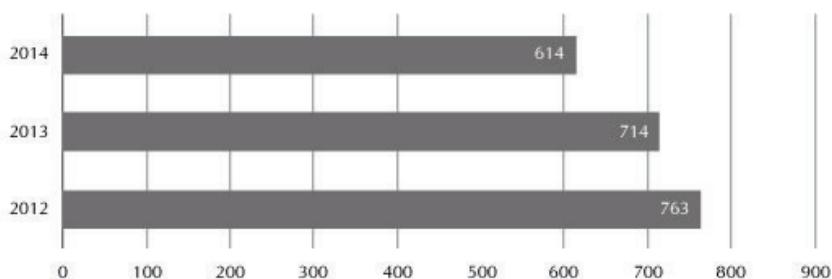


Fonte: Comissão Gestora da A3P.

Com relação ao consumo de copos de plástico de 50 ml, para consumo de café, o Gráfico 3 revela, novamente, redução de consumo entre os anos de 2012 e 2013. Enquanto no primeiro ano o consumo foi de 763 embalagens com 100 unidades, no ano seguinte o consumo foi de 714, representando uma redução de 6%.

A tendência de diminuição de gasto também foi observada em 2014, ano em que foram utilizadas 614 embalagens, consistindo numa diferença de 19% em relação a 2012. No que tange ao impacto financeiro, de 2012 para 2013 houve uma redução de gasto de 8% e, para 2014, a redução foi de 21%.

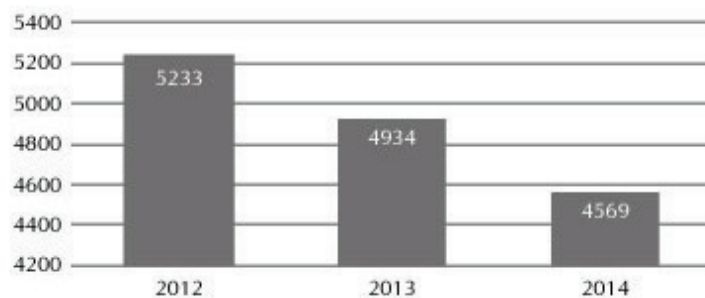
Gráfico 3: Consumo de copos plásticos de 50 ml



Fonte: Comissão Gestora da A3P.

A respeito do consumo de água potável distribuída pela Companhia Estadual de Águas e Saneamento (Casan), observa-se que, de acordo com o Gráfico 4, em 2012 foram utilizados 5.233 m³, enquanto em 2013 esse número foi da ordem de 4.934 m³, equivalendo a uma redução de 5%. Constatou-se que a redução foi ainda mais significativa em 2014, representando uma diminuição de 12% em relação a 2012 e de 7% em relação a 2013.

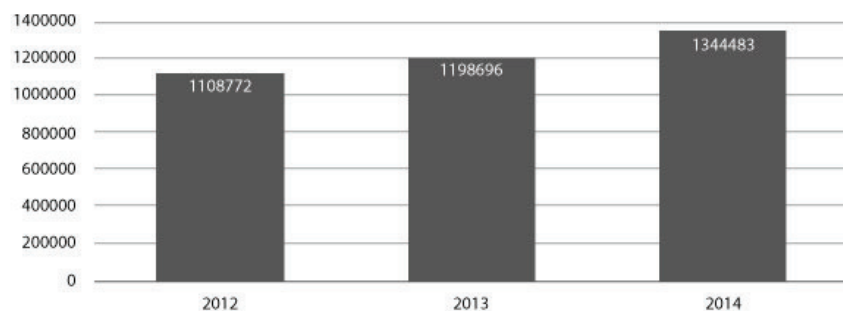
Gráfico 4: Consumo de água potável



Fonte: Comissão Gestora da A3P.

Por fim, com relação ao consumo de energia elétrica, o Gráfico 5 demonstra que ao longo dos anos de 2012, 2013 e 2014 não houve redução, de modo que o aumento de 2013 referente a 2012 foi de 8% do kWh, enquanto o aumento de 2014 em relação a 2013 foi de 12% do kWh.

Gráfico 5: Consumo de energia elétrica



Fonte: Comissão Gestora da A3P.

Em que pese não terem sido considerados outros indicadores, entendeu-se que os escolhidos são os que mais têm condições de ser manejados e controlados por meio das medidas socioambientais. Além disso, considerando que o “marco zero” foi agosto de 2015, a cada novo período de 12 meses deverá ser efetuada nova avaliação, com intuito de acompanhar a evolução dos indicadores.

Pontue-se, ainda, que os dados apontados têm relação direta com o primeiro eixo do Programa A3P, no que tange à necessidade de uso racional dos recursos naturais e bens públicos. Outro dado interessante, mas que precisa ser mais bem equacionado pelo TCE/SC, relacionado com a gestão adequada dos resíduos gerados, segundo eixo temático do programa, é a quantidade de resíduo considerado rejeito e orgânico frente àquele considerado reciclável.

Constatou-se que, em média, são gerados 376 kg/dia de resíduos classificados como rejeito e/ou orgânico, e somente 25 kg/dia de resíduos sólidos recicláveis. Atualmente, a Comissão Gestora da A3P vem trabalhando com intuito de alterar essa proporção, visto que a ausência de coletores específicos em todas as unidades internas não contribui para os adequados descarte e segregação do resíduo gerado pelos colaboradores.

5 PROPOSTA DE AÇÕES FORMULADAS PELO COMISSÃO À ATUAL GESTÃO

Com vistas a subsidiar a continuidade da implantação da agenda definida pelo Programa A3P no TCE/SC, foi elaborado um conjunto de ações, fundamentadas no resultado da pesquisa de opinião aplicado em 2012, nas informações reveladas pelo diagnóstico e nas normativas de cunho socioambiental promulgadas pela instituição.

As medidas contemplaram os cinco eixos temáticos do Programa A3P, reunidas na matriz de propostas, conforme revela o Quadro 1:

Quadro 1: Matriz de propostas para implantação da A3P

TEMAS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	PROPOSTAS
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	– Diretoria de Administração e Finanças (DAF) – Diretoria de Informática (DIN)	(a) Eliminar impressão de relatórios técnicos para fins de revisão, por meio da implementação total do e-Proc nos órgãos de controle. (b) Digitalizar e automatizar documentos e processos administrativos internos, incluindo requisições, solicitações, informações e memorandos, com a instalação completa do Sistema Administrativo e Pedagógico (Siap) Eletrônico ou de um similar. (c) Implantar integralmente o processo eletrônico em todos os processos de fiscalização e afins. (d) Disponibilizar permanentemente blocos de rascunho e clipes, com a divulgação dos pontos de distribuição, na gráfica do 5º andar. (e) Eliminar guias impressas de tramitação de processos, por meio da automatização do sistema de tramitação, com a instalação completa do Siap Eletrônico ou de um similar. (f) Adquirir e fornecer copo/garrafa para tomar água. (g) Buscar a certificação LEED do prédio novo. (h) Adquirir e instalar o software Ecofont como oficial para relatórios e documentos internos.
Gestão adequada dos resíduos gerados	– DAF	(a) Adquirir 15 conjuntos de coletores coloridos, nas cores azul (papel), vermelho (plástico), verde (vidros e metais). (b) Utilizar as lixeiras de cada servidor, instaladas embaixo das mesas, apenas para rejeito (resíduo sujo) e orgânico (erva mate, restos de comida), devendo ser confeccionados 500 adesivos com orientação.
Contratações sustentáveis	– DAF (Fernanda)	(a) Adotar permanentemente as orientações para aquisição de produtos sustentáveis, conforme dispõe a Resolução TC-90/2014 e o Guia de compras sustentáveis.
Qualidade de vida no trabalho	– Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP	(a) Avaliar permanentemente a ergonomia dos colaboradores.
Sensibilização e capacitação dos servidores do Órgão	– Assessoria de Comunicação Social – ACOM – Instituto de Contas – ICON – DIN – Diretoria Geral de Controle Externo – DGCE	(a) Fazer palestra motivacional com Recicleide e Cristal do blog Um ano sem lixo. (b) Fazer palestra motivacional com Bike Anjo e Pedal Glamor (oficinas sobre mecânica de bicicletas) no dia 22 de setembro, em que se comemora o Dia Mundial sem Carro. (c) Criar e implementar frase automática no sistema de e-mail sobre sustentabilidade. Por exemplo, “O TCE tem gestão socioambiental. Antes de imprimir este e-mail, reflita sobre sua responsabilidade com o meio ambiente”. (d) Criar campanha pontual e permanente para divulgação dos locais em que é possível descartar pilhas, baterias (Proactiva), material eletrônico (CDI) e óleo de cozinha usado (ACIF). (e) Rotinizar a veiculação de matérias socioambientais, com o estabelecimento prévio de pautas (diagnóstico, normativa ambiental no TCE, servidores-exemplo). (f) Criar campanha para desligamento dos equipamentos ao final do expediente. (g) Criar hot site no portal do TCE para notícias e ações socioambientais. (h) Elaborar resolução para os jurisdicionados recomendando a adoção de práticas de governança e sustentabilidade. (i) Elaborar manual de auditoria de governança e sustentabilidade.

Fonte: Comissão Gestora da A3P.

Consigne-se, como oportuno, que diversas medidas já foram implementadas em 2015, como a palestra motivacional com Bike Anjo e Pedal Glamor (oficinas sobre mecânica de bicicletas) no dia 22 de setembro, em que se comemora o Dia Mundial sem Carro; a campanha pontual e permanente para divulgação dos locais em que é possível descartar pilhas, baterias, material eletrônico e óleo de cozinha usado; a disponibilização permanente de blocos de rascunho e clipes, com a divulgação dos pontos de distribuição, na gráfica do 5º andar.

Outras medidas têm previsão para ocorrer ainda em 2016, como a implantação integral do processo eletrônico em todos os processos de fiscalização e afins. As demais estão em fase de gestação, como a busca pela certificação LEED do prédio novo e a avaliação permanente de ergonomia dos colaboradores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mudar a cultura organizacional de órgãos e instituições públicas é o maior desafio para o sucesso da implantação de programas de cunho socioambiental, a exemplo do A3P. Além da estrutura hierarquizada, que dificulta a adoção de métodos cooperativos e colaborativos, essenciais para adesão universal às ações e medidas propostas, o pensamento arraigado e comodista de antigos e novos colaboradores também dificulta a absorção e aceitação de novas ideias e propostas.

Ainda que exista o comprometimento da alta administração, em níveis gerenciais e operacionais as práticas consolidadas se contrapõem à inovação e ao fazer diferente. As medidas relacionadas com a doação de canecas, com o estímulo ao recolhimento de resíduos e com a utilização dos sistemas informatizados demonstram quão persistentes devem ser aqueles incumbidos na missão de propor e implementar ações de cunho socioambiental.

Não resta dúvida, portanto, que o sucesso da adoção das ações relacionadas ao Programa A3P, ou a quaisquer outros com os mesmos propósitos, perpassa a constante sensibilização dos colaboradores, com intuito de imprimir a eles as necessárias mudanças de hábitos e atitudes.

Do ponto de vista operacional do programa, são de suma relevância o monitoramento contínuo e a avaliação periódica, de modo a permitir que sejam identificados os pontos críticos, as melhorias indispensáveis e os procedimentos exitosos. Com tal intensidade, vislumbram-se as necessidades de priorizar e replanejar as atividades.

Não restam dúvidas de que o TCE/SC vem, gradativamente, mudando paradigmas, de modo a lentamente romper com estruturas arcaicas e ultrapassadas. Porém, para efetivamente ser um órgão-modelo, há muito ainda a ser feito, e deve-se exigir dos seus colaboradores um comprometimento individual e coletivo em prol do meio ambiente e das atuais e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AYALA, P. A. O novo paradigma constitucional e a jurisprudência ambiental no Brasil. In: CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. (Orgs.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BELLO FILHO, N. B. Teoria do direito e ecologia: apontamentos para um direito ambiental do século XXI. In: FERREIRA, H. S.; LEITE, J. R. M. (Orgs.). **Estado de direito ambiental: tendências**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BENJAMIN, A. H. Constitucionalização do ambiente e ecologização da constituição brasileira. In: CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. (Orgs.). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BITTENCOURT, F. M. R. Indicadores de desempenho como instrumentos de auditoria e gestão, a partir da experiência do TCU. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 49-59, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de auditoria ambiental do Tribunal de Contas da União**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2001.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Admi-**

nistração Pública. 5. ed. rev. atual. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

CAPPELLI, S.; BEZERRA, M. C. L.; RUSCHEL, C. Indicadores de aplicabilidade e cumprimento da norma ambiental para ar, água e vegetação. **Revista de Direito Ambiental**, v. 11, n. 42, p. 134-161, abr./jun. 2006.

CORREA, H. D.; ANDRADE, P. A. R. Avaliação da gestão ambiental como indicador de desempenho do mandato de agente público. **Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**, ano XXI, n. 27, p. 34-44, ago. 2004.

DERANI, C. Meio ambiente ecologicamente equilibrado: direito fundamental e princípio da atividade econômica. In: FIGUEIREDO, G. J. P. (Org.). **Temas de direito ambiental e urbanístico**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GHSI, A. P. Desempenho das entidades fiscalizadoras superiores e indicadores de rendimento. **Revista do Tribunal de Contas da União**, v. 31, n. 86, p. 327-355, out./dez. 2000.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 14. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros, 2006.

QUINTIERE, M. M. R. A importância da dimensão ambiental nas contas públicas: alguns temas para análise no Tribunal de Contas de Santa Catarina. **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: contas públicas – transparência, controle social e cidadania**. Florianópolis: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2006. p. 77-147.

SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Resolução n. TC-60/2011. Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/leis_normas/resolucao_n_60-2011_consolidada.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2016.

SOBRE a certificação. Green Building Council Brasil. 2014. Disponível em: <<http://gbcbrasil.org.br/sobre-certificado.php>>. Acesso em: 8 jun. 2016.